



## Aprovado Plano de Trabalho brasileiro para exploração mineral na Elevação do Rio Grande

O Brasil, por meio da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, acaba de ter importante êxito na aprovação do Plano de Trabalho para Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande (ERG), que está a 600 milhas de distância da costa brasileira, a cerca de mil metros da superfície, numa região onde o oceano alcança 4 mil metros de profundidade. O País é o primeiro da América do Sul a conquistar o direito de prospectar minerais no Atlântico Sul, em águas internacionais, além do limite das 200 milhas náuticas (370 km).

A permissão foi concedida em reunião, realizada em Kingston, na Jamaica, pelo Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), órgão das Nações Unidas responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos recursos minerais marinhos em área internacional.

A corrida pelos recursos minerais marinhos foi intensificada. Hoje, existem 26 propostas aprovadas de diversos países. Destacam-se França, Alemanha, Coreia do Sul, Rússia, China e Índia. Na ocasião, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Roberto Leite foi eleito Membro da Comissão Jurídica e Técnica da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, com mandato até dezembro de 2016.

O Plano de Trabalho brasileiro apresentado na ISBA, no dia 31 de dezembro do ano passado, sob a Coordenação da CIRM, foi o resultado de mais de quatro anos de estudos desenvolvidos no Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), com intensa cooperação dos setores técnicos e políticos envolvidos, como o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o Ministério das Minas e Energia (MME), o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Esse Plano vai assegurar ao Brasil o direito exclusivo de exploração da área requisitada (cerca de 3.000 km<sup>2</sup>), por, pelo menos, quinze anos, ampliando o espaço do País como ator no cenário político-estratégico do Atlântico Sul. Acresce ainda a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e as pesquisas dessa região.

As atividades de pesquisa relacionadas à geologia e biologia marinha em áreas internacionais ganharam prioridade no País, a partir de 2009, com a criação do PROAREA, no âmbito da CIRM, que tem como propósito a identificação e a avaliação da potencialidade mineral de áreas com importância

econômica e político-estratégica, localizadas em área internacional, por meio do desenvolvimento de tecnologia de ponta, da geração de empregos e qualificação de recursos humanos.

Como exemplo dessa sinergia podemos citar os estudos para construção do Plano de Trabalho, que contou com a contribuição de mais de 60 estudantes e pesquisadores de diferentes instituições e áreas científicas como geologia, biologia e geofísica. Além das crostas ricas em cobalto, as pesquisas na ERG também constataram a ocorrência de outros minérios, como níquel, platina, manganês e terras raras que possuem relevante potencial científico e econômico.

O próximo passo será a assinatura do contrato entre o governo e a Autoridade para iniciar as pesquisas. “A proposta aprovada demonstrou a capacidade política, financeira e científica do Brasil. O mar é a última fronteira do conhecimento. Dele, virão os recursos que serão usados no futuro” afirmou o Vice-Almirante Marcos Silva Rodrigues, Secretário da CIRM.

Segundo especialistas em geologia marinha, encontrar riquezas minerais depositadas no fundo dos oceanos é o maior desafio do século XXI.